

REQUALIFICAÇÃO DE VAZIO URBANO NA CIDADE DE BELA VISTA DE MINAS

REDEVELOPMENT OF URBAN VOIDS IN THE CITY OF BELA VISTA DE MINAS

Daniele Tarcila da Silva Souza¹

Tiago da Cunha Rosa²

Resumo

O objeto de estudo abordado neste artigo trata-se da requalificação de uma área de vazio urbano na cidade de Bela Vista de Minas, com uma proposta de implantação de um parque urbano, às margens da antiga BR-252, proporcionando uma melhor qualidade de vida, valorizando o entorno com tratamento paisagístico e recreativo ao inserir um novo equipamento urbano na cidade, e dando uma nova identidade ao local com áreas interessantes e intuitivas para o lazer e a prática de esportes. Com isso foi preciso ir a fundo e entender a importância do espaço público e o valor que o parque possui desde os séculos passados. Este trabalho teve como objetivo, compreender como a criação de parques lineares pode ser proveitosa para a cidade ao transformar áreas degradadas e obsoletas. Para isso, fizeram-se necessárias pesquisas de referencial projetual, revisões e pesquisas bibliográficas, levantamento de dados e análise in loco.

Palavras-chave: Parque Urbano. Parque linear. Paisagismo. Áreas verdes. Bem estar e saúde.

Abstract

The object of study addressed in this article is the requalification of an empty urban area in the city of Bela Vista de Minas, with a proposal to implement an urban park, on the banks of the former BR-252, providing a better quality of life, enhancing the surroundings with landscape and recreational treatment by inserting new urban equipment in the city, and giving a new identity to the place with interesting and intuitive areas for leisure and sports. With that, it was necessary to go deeper and understand the importance of public space and the value that the park has had since past centuries. This work aimed to understand how the creation of linear parks can be beneficial to the city by transforming degraded and obsolete areas. For this, it was necessary to research design references, reviews and bibliographic research, data collection and in loco analysis.

Keywords: Urban Park. Linear park. Landscaping. Green areas. Well being and health.

¹ Autora discente do 9º período do Curso de *Arquitetura e Urbanismo* da Faculdade Doctum de João Monlevade, aluno.daniele.souza@doctum.edu.br

² Professor(a) Especialista do Curso de *Arquitetura e Urbanismo* da Faculdade Doctum de João Monlevade, prof.tiago.rosa@doctum.edu.br

Introdução

Com a expansão rápida das cidades seguindo o percurso do crescimento populacional, as novas formas de morar e a transição dos indivíduos entre as cidades buscando uma melhor qualidade de vida, sendo em busca de emprego ou estudos, fazem com que a cidade seja desordenada e esteja subutilizando espaços de grande potencial, fazendo com que essas áreas sejam obsoletas. Por isso, a cidade necessita de planos e propostas que incentivem a revitalização de áreas urbanas, agregando para valorização de áreas, melhoria na qualidade de vida e entre tantos outros benefícios. Com isso, podem-se diminuir os problemas causados pelo crescimento populacional nas cidades e pelo adensamento das atividades urbanas como a má organização dos espaços e até mesmo o abandono das áreas urbanas, sendo os espaços ociosos degradados, vazios urbanos e tantos outros.

O ato de se pensar na qualidade de vida da população, o lazer, e a qualidade ambiental que é proporcionada pelas áreas verdes e parques públicos deve ser um ponto essencial para uma boa gestão das cidades, já que o contato com natureza é vital para a saúde física e mental do indivíduo. É possível encontrar estudos que evidenciam os benefícios que a natureza traz para a saúde mental e principalmente para os residentes dos centros urbanos. A exposição á essas áreas, têm um papel muito importante na vida do indivíduo desde o contato direto ou indireto com a fauna e flora, e facilitando o minuto de relaxamento da correria no dia a dia do indivíduo.

Por isso, este trabalho tem o objetivo de analisar, caracterizar e propor uma intervenção urbanística as margens da antiga BR-252 de Bela Vista de Minas, para a melhoria da qualidade de vida da população. Para isso, se faz necessário transformar uma área urbana abandonada, valorizar os aspectos ambientais com projetos e ações que melhorem a paisagem urbana e realizar o estudo dos principais fluxos de pessoas e o cotidiano da região.

A cidade de Bela Vista de Minas está situada no interior do estado de Minas Gerais e possui em média 10.004 habitantes segundo o ultimo senso do IBGE³ (2010). Por não possuir áreas atrativas e seguras tanto para o lazer quanto para a saúde, parte dos munícipes procura lazer em cidades vizinhas.

Embora o grande potencial urbano, a área em questão se encontra em processo de degradação e apesar da apropriação para a prática de atividades físicas. Com a requalificação é possível agregar qualidade e fomentar o uso dessa área de vazio

urbano em prol da população e da cidade como um todo. Proporcionar crescimento urbano social, cultural, econômico e uma melhora significativa na qualidade de vida da população.

Por fim, o estudo objetiva compreender a importância que os parques possuem para as cidades, e em como um parque linear pode proporcionar para a população uma melhoria na qualidade de vida unindo lazer, saúde e paisagismo atrativo. O estudo tende a unir revisões bibliográficas, teóricas e estudos de caso para transformar uma área esquecida pelo poder público e de grande potencial, em um parque linear aberto ao público.

Surgimento e evolução do espaço público através da história

O espaço público conecta lugares e pessoas, e é essencial para a vida na cidade. Para GEHL (2002), a cidade é um lugar de encontro e seus espaços públicos são lugares que possibilitam estes encontros. O espaço público são áreas de extrema importância para o bem-estar pessoal e social. “Para estudar o espaço, cumpre aprender sua relação com a sociedade, pois é essa que dita à compreensão dos efeitos, processos (tempo e mudança) e específica às noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para nossa compreensão da produção do espaço” (SANTOS 2014, p. 67).

Os parques urbanos são vistos como o foco da cidade nos dias atuais, por isso são vistos como espaços públicos de lazer e contemplação em áreas urbanas mais adensadas. Porém, foi necessário um breve estudo para entender a historicidade por trás das tantas transformações na forma e função do parque urbano.

Segundo ALBUQUERQUE (2020), os espaços públicos tiveram início na Grécia Antiga e logo após a reforma política de Clístenes, houve a modificação da representação política pagã para um tipo de representação espacial, passando a ser intitulado de espaço, espaço público e lugar da nova ordem mundial.

Com o crescimento da democracia, novos elementos urbanísticos foram inseridos por conta da participação pública nas questões que envolvia a comunidade. Naquela época, os templos eram considerados o mais alto grau do mundo espiritual e era motivo de orgulho por conta de sua criação artística. É nesse período que surgem os edifícios, que são destinados ao bem público e ao avanço da democracia. Normalmente, era localizado no entorno da Ágora, local que simbolizava o espaço

público, podendo ser um espaço voltado para a manifestação da democracia ou espaço de encontro político, era na Ágora que se localizava o mercado e se concebia o centro político da cidade.

Em Roma, havia também a definição de cidade política. Segundo LEFEBVRE (2004), o Foro Romano é a referência principal de espaço público. Já para MUMFORD (1998), o Foro era “equivalente romano da acrópole e da ágora, concebido como uma só coisa”. Mais tarde, foram construídos mercados e templos transformando aquele espaço no centro do governo.

A cidade medieval na Europa criou diversas formas e funções para os espaços públicos e se diferenciavam dos antigos espaços na Grécia e em Roma. Na Idade Média, o espaço público não possuía tanta força e centralidade na ordem da cidade. Tudo que era público era considerado de interesse geral.

A cidade mercantil no período da alta idade média se caracterizava como um espaço público em campo aberto, na praça do mercado e na fonte. Na Idade Média, com uma nova estruturação política e social a ordem agrícola é central, fazendo com que desaparecesse a preocupação com o planejamento das cidades. No período feudal, os espaços públicos são definidos como orgânicos complexos de estradas, praças medievais e formas que se relacionam com a natureza do lugar diretamente e independente se era um espaço cívico ou comunitário, sendo construídos de acordo com o uso.

Contudo, os princípios do Renascimento, o planejamento urbano é retomado, de maneira especial na Itália, e todo o domínio dos burgueses fez com que o Estado se admitisse como organizador do mercantilismo.

Em análise a “cidade renascentista”, se vê que as cidades pensadas por reis absolutistas são reformadas e redefinidas, possibilitando um novo argumento para a relação social do poder ao transformar um emaranhado de vias tendendo para o centro e evidenciando os palácios renascentistas. Fazendo com que, a hierarquia e a interdependência partissem para uma reorganização espacial, e é exatamente neste momento que os jardins passam a ter um papel marcante no espaço público, tanto na França quanto na Itália, porém é uma área voltada somente para o público ligado à aristocracia.

Para CORREIA (1999), o termo espaço público significava a existência de um espaço de discussão crítica, operado nos salões, cafés, clubes e na imprensa

(momento que surgiu a opinião pública). Com isso, no espaço público iluminista pensado por Habermas, havia a junção entre o público e o privado com espaços em volta dos salões no interior das casas.

Já no período da Revolução Industrial, transformou a cidade nos tempos modernos, os bairros operários criados para albergar a mão de obra se desenvolveram em condições de vida insignificante.

Segundo MUMFORD (1998), no século 19, o espaço público passou a ser renunciado por conta da revolução Industrial, não havia relacionamento social intenso entre a maioria dos habitantes, pois naquele período a função era somente produzir. Mas ao contrário do que acontecia nos bairros operários, ao lado da cidade industrial era construída a cidade burguesa liberal com grandes avenidas iluminadas, praças ornamentadas, arranha-céus, palacetes e residenciais.

Para GOITIA (1982), a época é marcada por trevas-luzes, diferenciando as classes sociais, a burguesia e o proletariado. Mas mesmo com a má qualidade da vida urbana, em especial na Inglaterra. Industriais acharam pertinente a existência de cidades-jardins nos subúrbios, pois julgava ser de bom tom corrigir os males que suas indústrias haviam causado à cidade, evidenciando o zoneamento funcional, áreas verdes e limitando a população. Com isso, o subúrbio passou a ser um local onde a população poderia se esconder da poluição do centro urbano.

“a vida no campo parecia a melhor, e quanto mais se afastava da cidade, mas se ganhava em saúde, liberdade, independência. A maior parte dos salubres caracteres dos subúrbios do século 19 fora, na verdade, incorporada à pequena cidade” (MUMFORD, 1998. p.615).

Cada vez mais, os espaços públicos passaram a ter um papel necessário e antagônico em uma cidade capitalista. Necessário, pois a estrutura destes espaços públicos passa a ser voltada para a circulação de mercadorias e pessoas no espaço urbano, e se torna antagônico quando os espaços públicos focados no lazer primam pela hierarquização da sociedade de classes, limitando o acesso para algumas parcelas da sociedade e reforçando a segregação espacial urbana, e é com essas ideias industriais que formaram a cidade moderna no final do século 19.

Parques públicos e privados

Após a formação dos subúrbios modernos do século 13 na Inglaterra, o parque

passa a ser criado para recreação, e por isso os campos de caça passaram a ter tratamento paisagístico, com o intuito de criar lugares para observação. A natureza representa o belo, e nesse caso, trata-se de um tipo de natureza manipulada pelo homem, não se enquadrando em algo natural. A ideia era que houvesse a reposição da natureza, adaptado ao ponto de vista, estes espaços privados divergem da criação atual do parque urbano como um local de espaço público.

O contexto histórico dos parques se mistura por vezes ao contexto dos jardins renascentistas, pois serviram como estímulo para criação dos parques Europeus, particularmente na Inglaterra. Os espaços sobressaíram a partir dos novos conceitos paisagísticos, em países como Itália, França e Inglaterra. Os jardins ingleses originaram os parques e os jardins públicos funcionavam como refresco das áreas urbanas. No início, estes parques estavam ligados às reservas de caças inglesas, no entorno dos palacetes rurais. Tanto a palavra “parque”, quanto à palavra “floresta”, foram usadas primeiramente na Inglaterra, e serviam para poder identificar uma área privada onde os ricos e especialmente os monarcas tinham animais para caça.

Do século 18 em diante, a transição da reserva de caça para o parque que recebe o tratamento paisagístico, acontece de forma mais rigorosa, em Londres havia muitas áreas privadas para contemplação.

“água e ar puro, fuga aos ásperos ruídos humanos, extensões abertas para cavalgar, caçar, praticar o arco, caminhar pelo campo – tais são as qualidades que a aristocracia sempre apreciou em toda parte”. (MUMFORD 1998. p. 526)

O conceito da palavra parque modificou-se para ser entendido como uma parte de terra cercada, com fins recreativos, podendo ser parques nacionais, de lazer ou para contemplação. Os parques eram muito usados pelos mais abastados com propósitos sociais, pode-se dizer que os parques da época formam o auge da arte rural burguesa, estando ausente na paisagem urbana e presente na suburbana no entorno das cidades.

No início do século 19, nas novas cidades da Grã-Bretanha, as pessoas foram forçadas a sair de suas terras e se refugiaram nos centros urbanos, onde viviam trabalhando intensamente e sem direito ao lazer. Já ao final do século 19, a Inglaterra cria um parque mais acessível para a população dos centros urbanos. Nestes parques a recreação era a principal finalidade, com propósito de diminuir os conflitos urbanos sociais resultantes das péssimas condições de trabalho e

salubridade.

Segundo JONES (2014), o ano de 1839 deu início a criação dos primeiros parques públicos urbanos, um exemplo pode ser o Victoria Park, em Londres, construído em 1845, servindo de modelo para construção de outro tipo de parques distinguindo-se dos parques suburbanos. O Victoria Park serviu como modelo para outros parques públicos da Inglaterra, o incentivo para a ampliação foi à lei dos espaços abertos de 1877 que incentivava a ampliação das áreas verdes nos centros urbanos. Em 1900, quase toda cidade havia algum parque que passou a ser usado pela população local e com a expansão dos parques urbanos na Inglaterra, houve a possibilidade do surgimento destes parques em muitos outros países.

Ao final do século 19, nos Estados Unidos o parque urbano passa a ter um cenário mais popular, mas não com a intenção de melhorar as condições, funcionando como um espaço para que a classe trabalhadora se recuperasse da fadiga causada pela rotina de trabalho e viesse a ter mais disposição para o trabalho. Contudo, nas últimas décadas do século 19, os americanos perceberam e entenderam que precisavam de bem estar no espaço urbano. Segundo ROSENZWEIG (1992), no início, os americanos tinham o seu tipo de parque urbano de soluções tradicionais baseados no estilo inglês, inserindo elementos paisagísticos e de circulação. Nisso, pode-se incluir portões ornamentados, jardins formais e áreas de baseball. Os interesses foram variados e motivaram a construções dos parques, para gerar lucro, redefinir as classes sociais, aumentar a veneração da cidade e ampliando a valorização imobiliária. O modelo serviu para vários outros parques construídos nos Estados Unidos, o Central Park foi uma obra com o escopo bem definido, para observação, recreação e a prática de esportes.

O parque urbano brasileiro

Os primeiros parques urbanos brasileiros se diferenciam dos parques europeus, pois no século 19, o Brasil não contava com um urbanismo convincente e as cidades brasileiras não tinham o mesmo porte das cidades europeias. No Brasil, os parques despontam como complemento das elites que controlavam a Nação e tinham como ideal o planejamento urbano semelhante aos ingleses e franceses.

A história do parque urbano brasileiro inicia-se no Rio de Janeiro no ano de 1808, com a fundação do Jardim Botânico pelo Príncipe Regente Dom João, foi

transformado ao longo do século 19 em um parque público, mantendo as características dos jardins ingleses. Os jardins embora fossem públicos, eram reservados quanto ao uso, só circulava pelo espaço quem estivesse com vestes apropriadas.

Muitos parques do século 20, embora tenham sido projetados para serem especificamente parques, se originaram de jardins botânicos, parques de palácios, jardins de sedes de fazenda e velhas chácaras. Segundo Dias (2005), a cidade do século 20 é marcada pelo surgimento de locais voltados para o espetáculo e entretenimento. Esse processo gerou novos valores a ruas, calçadas, praças e espaços públicos. Mas diante a violência, a vida agitada das grandes cidades, é priorizado a criação de espaços para si e não para a cidade.

No início século 21, Dias (2005) questiona a criação de lugares públicos ligados à lógica do consumo, espaços estes climatizados, e protegidos. Como exemplo pode-se citar shoppings centers, museus e supermercados, fazendo com que a cidade fique perdida. Embora, nos países desenvolvidos esteja acontecendo reestruturações nos parques urbanos, essas reestruturações não se estendem aos países sul-americanos, especialmente no Brasil. Para Dias (2005), a concepção e construção destes espaços é pouco valorizada e as políticas públicas se empenham para a criação de espaços rentáveis e destinados ao entretenimento semi-público ou privado. Macedo (2003) evidencia os projetos inconsistentes, programas falhos, a baixa qualidade dos materiais empregados, a precariedade de execução, e a depredação por parte dos usuários e vândalos.

O direito ao lazer surgiu com a criação da Constituição Federal de 1988, como um tipo de liberdade que o indivíduo possui. Como consta na Constituição Federal - em seu art. 6º, caput, artigo 7º, IV, artigo 217,§ 3º, e artigo 227.

Ainda, a lei do Estatuto da Cidade (Lei nº10.257/ 2001), o artigo 2º, inciso I, diz: “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

O Poder Público é obrigado a fornecer meios para que os indivíduos possam usufruir do lazer, fazendo dele, um direito fundamental.

Tipologia das áreas verdes: Parque, boulevard e jardins

Os parques podem ser definidos como unidades de conservação, terrestre ou aquática, e usualmente são extensas e destinadas à proteção de áreas representativas do ecossistema se beneficiando de características naturais, paisagísticas, recreativa, educacional e entre outras. Com o intuito de conservar toda a singularidade da natureza, sendo assim, os parques podem ser definidos como áreas de pesquisa, conservação e turismo.

A palavra “Boulevard” é um termo francês e denota uma rua, ou avenida arborizada ampla. O “boulevard” é oriundo da Idade Média, de origem holandesa, pode ser traduzida como “defesa”. No período medieval, eram construídas vias em torno das fortalezas, quando as paredes foram demolidas e as vias permaneceram como ruas para a circulação urbana. Atualmente, é uma avenida que possui várias vias de circulação. O espetáculo dessa configuração fica por conta das árvores e plantas que permitem sombra durante o verão.

Já o jardim, é uma área planejada, ao ar livre ou no interior de residências, para exibição, cultivo e apreciação de hortaliças, frutíferas, plantas, flores e outras formas da natureza.

Benefícios das áreas verdes

Áreas verdes implantadas na área urbana mesmo que sejam em porção mínima, podem vir a ser muito proveitosas com impactos positivos para a população e a cidade. Um dos pontos importantes que podem ser citados são os serviços ambientais que podem ser prestados a cidade, assegurando o equilíbrio natural do sistema, seja a recarga do lençol freático, controle da poluição do ar e das águas, melhoria do micro clima e entre outros fatores. Segundo LERNER (2009), a vegetação nativa pode promover a diminuição e o aumento da biodiversidade e diminuir o risco de espécies em extinção. A valorização de imóveis próximos a essas áreas verdes aumentam o seu valor de venda e isso atrai novos investimentos já que as áreas verdes funcionam como estratégia de negócio.

Diante de tantos pontos positivos, áreas verdes proporcionam a população o convívio com a fauna e flora local, propiciando novas formas de lazer e recreação, contando com infra-estruturas que proporcione aos usuários sensações únicas e

exclusivas a cada visita ou passagem.

Transformando áreas degradadas em “Praças” revitalizadas

A degradação pode ser definida como destruição, devastação ou estrago, atos que podem vir a ser impossíveis para a sustentação da vida ou desequilíbrio da fauna e flora naquele ambiente. Quando se fala em degradação, pode-se incluir o termo da degradação ambiental, que é associado a diversas ações que causam algum tipo de dano ao meio ambiente, seja por causa natural ou como o que acontece na maioria das vezes por influência humana.

Para PAGANO (2008), as áreas abandonadas e áreas vazias são terminologias diferentes, uma vez que, áreas abandonadas se referem a lugares que carecem de reabilitação para a reutilização apresentando estruturas das atividades anteriores.

Já para as áreas vazias, não há a necessidade de requalificar, mas há a possibilidade de ser utilizada ou ocupada.

LIMA (2017, p. 15), entende que o conceito de requalificação urbana é voltado para a intervenção do espaço, aparecendo como terminologia no final da década de 1990, havendo então a contradição de ideias, pois naquela época acontecia a transformação do tecido urbano com projetos que vinculavam renovações urbanas. Por outro lado havia a necessidade de conservação do patrimônio histórico, ambiental e social da cidade.

A requalificação é utilizada para recompor e proteger espaços urbanos integrando o econômico, o ambiental e o sociocultural para a melhoria da qualidade de vida.

“a requalificação urbana corresponde a uma prática de planificação ou de proteção urbanística de equipamentos e de infraestruturas expostas à degradação e a obsolescência funcional [...]”. (PEIXOTO 2009, p. 46)

São recomendações de proteção a áreas degradadas, propondo novas formas de inserção ao processo contemporâneo da cidade, transformando-a em uma nova uma nova centralidade para a área.

Consideram-se áreas revitalizadas, áreas capazes de gerar atividades vivas, relações entre os públicos e diversidade dos usos. E com isso, sugerir vitalidade, energia, animação, presença do indivíduo acarretando em movimentação econômica. Para revitalizar áreas degradadas é necessário que haja novas formas de fomento o planejamento sustentável e com isso a possibilidade da criação de

novos empregos, crescimento do entorno e aumento no recolhimento de impostos arrecadados pela prefeitura, outro ponto de muita importância é a melhoria da qualidade ambiental local.

“uma a cada dez pessoas em espaços públicos num dia de verão normal estava diretamente envolvida em alguma atividade direcionada a seus concidadãos, muitas das outras pessoas e atividades estavam em seu entorno ou direcionadas a estas novas áreas urbanas”. (GEHL, 2013p.15)

Referencial projetual

A Praça Victor Civita, no bairro de Pinheiros, na cidade de São Paulo, é um exemplo de espaço degradado recuperado. A área era um antigo incinerador de resíduos hospitalares, domiciliares e industriais, e funcionou de 1949 á 1989. Logo após, o terreno passou a ser ocupado por cooperativas de reciclagem, o que intensificou a contaminação do solo. A construção da praça só ocorreu por conta da colaboração com a Prefeitura de São Paulo, Editora Abril e outros patrocinadores. O projeto é do escritório Levisky Arquitetos Associados e o paisagismo de Benedito Abbud, o conceito do projeto se dá pela criação de um espaço multidisciplinar para reflexão, inspiração e informações ambientais e urbanas, criados se baseando na revitalização de uma área urbana degradada. A contaminação foi resolvida com o acréscimo de 50 cm de solo, para o controle do processo de contaminação, isolamento em algumas áreas consideradas perigosas e a construção de superfícies que funcionam como proteção impermeável nesses locais, por isso foi usado um deck de madeira para o passeio e os usos múltiplos, impedindo o contato direto com o solo degradado.

Figura 1: Vista da Praça Victor Civita



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julietta-dietzsch>

Outro exemplo de área recuperada é o rio Cheonggyecheon, que corta a capital sul-coreana. O projeto é do urbanista Kee Yeon Hwang, o rio Cheonggyecheon é considerado referência mundial na humanização das cidades. É um exemplo de despoluição, recuperação e revitalização do rio e as margens, em uma malha urbana sólida e bem construída. A margem do rio era limitada pelas avenidas laterais e o rio escondido por um viaduto, fazendo daquela região uma área degradada pela qualidade ambiental urbana. O governo enfrentou muitas imposições e quando decidiram pela revitalização do rio, os donos do comércio local precisaram ser realocados. Por volta de 2003, a obra foi iniciada, e todo concreto do viaduto derrubado foi reciclado. Três anos mais tarde, cerca de 80 metros de largura foi aberto ao público. Em 2009, o projeto foi concluído e os moradores receberam 400 hectares de áreas verdes, com cerca de oito quilômetros de extensão.

Figura 2: Antes e depois da revitalização do Rio Cheonggyecheon



Fonte: <http://libercidade.blogspot.com/2015/06/o-revolucionario-rio-cheonggyecheon.html>

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório com o intuito de obter maior conhecimento referente ao urbanismo com o objetivo de uma implantação futura. Para a elaboração do diagnóstico e o projeto final da disciplina de Trabalho

Final de Graduação, propôs-se entender a relação da área, as atividades exercidas nela, a população do entorno e o cotidiano, e analisar a paisagem urbana.

Para isso, foi necessário um levantamento de dados, revisão bibliográfica e teórica sobre o contexto relacionando o tema, análise in loco, e estudos de caso que contribuíram para o embasamento projetual e a intervenção de requalificação da área às margens da estrada velha e seu entorno na cidade de Bela Vista de Minas.

Análise do objeto de estudo

A área a ser requalificada está situada na cidade de Bela Vista de Minas e se trata das margens da antiga BR-252 que corta a cidade. A estrada é de acesso fácil para quem está em João Monlevade e deseja agilizar um pouco o percurso até a cidade de Nova Era, sem passar por dentro de Bela Vista de Minas. Embora o abandono da área, é um local muito utilizado pelos munícipes para a prática de exercícios, pois a cidade não conta com áreas de topografia suave, específicas e extensas.

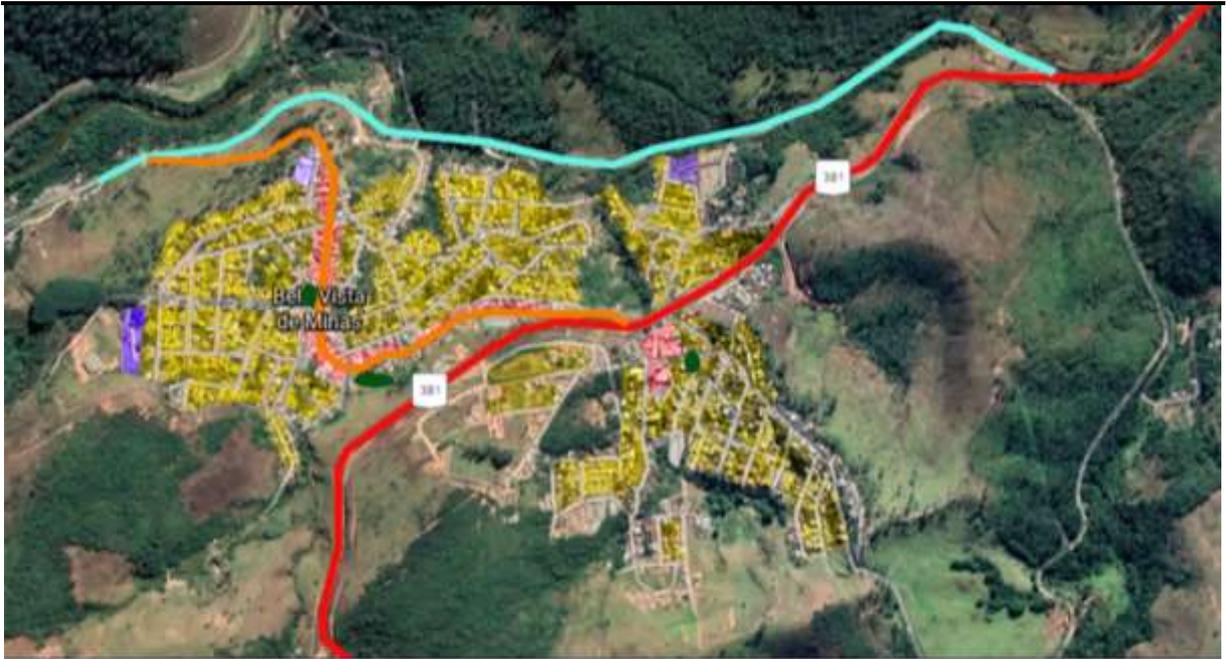
Mesmo sendo uma área muito utilizada pelos munícipes a estrada não conta com sinalização ou passeios e os cidadãos são obrigados muitas vezes a dividir espaço com automóveis, o que traz certa insegurança, já que o pedestre tem de contar com a própria sorte. A área não conta com iluminação pública, e uma vez que a área é deteriorada passa a imagem de local abandonado e possibilitando a marginalização do espaço. De acordo com Carrion, conforme citado por Patricia Rodríguez Alomá (2013), “quanto maior a deterioração do patrimônio, maior o sentimento de insegurança e aumenta a própria insegurança, logo haverá maiores fatores externos negativos para a conservação”. Outro ponto não menos importante, é o esgoto que não é canalizado e segue por toda extensão da estrada.

Apesar de estar na parte periférica, é uma área bem promissora e pode vir a ser um espaço muito utilizado não só pelos moradores que moram próximo, mas também ser mais frequentada por novos indivíduos.

O entorno possui em sua maioria edificações residenciais e alguns comércios de bairro, os moradores da área são de classe média e baixa. Já a outra parte, trata-se de uma extensa área verde.

A figura 3 apresenta a localização do objeto de estudo, a avenida principal e os principais pontos relevantes para melhor entendimento da futura implantação do projeto.

Figura 3 – Localização do objeto de estudo



Fonte: <https://earth.google.com/web/@-19.82939224,-43.08900065,677.6658277a,2884.36963471d,30y,0h,0t,0r/data=MicKJQojCiExUGxWdzdlSDJ3dWJJWIIESkNXVm9XdTMzb1JCSXVuY3c>

Legenda:

- | | | | |
|---|------------------------------|--|----------------------------|
|  | BR-381 |  | Edificações residenciais |
|  | Objeto de estudo |  | Edificações institucionais |
|  | Avenida Principal da cidade. |  | Edificações comerciais |
|  | Praças | | |

Figura 4 – Apropriação dos municípios para a prática de exercícios na antiga BR-252.



Fonte: <https://web.facebook.com/alansilva2020/posts/133121581582342>

Figura 5 – Mapa esquemático do objeto de estudo



Conceito e Partido

Como conceito do projeto, intenciona-se priorizar as problemáticas e a possibilidade de potencializar a área estudada, para que seja uma área interessante e satisfatória para os munícipes e demais usuários.

As diretrizes projetuais para atingir bons resultados, têm em vista a recuperação ambiental, por conta da degradação ambiental, com isso buscar soluções que regenerem as condições ambientais e promova uma melhoria na qualidade de vida dos moradores que moram no entorno. Para a mobilidade urbana, busca-se estimular e propor condições que sejam necessárias para a melhor locomoção na área. E a dinamização dos espaços tem como objetivo ofertar espaços com usos diversificados, com mobiliário urbano necessário.

Partindo desse princípio, fez-se necessário o seguinte programa de necessidades, para as diretrizes aqui especificadas:

- Para a recuperação ambiental propende a plantação de vegetação, limpeza e retirada de resíduos sólidos, criação de espaço dedicado á coleta de lixo.
- Na mobilidade urbana, busca-se a criação de ciclovias, criação de caminhos pra pedestres, estacionamento público.
- Para a dinamização dos espaços, faz-se necessário a criação de sanitários públicos, iluminação pública, parque infantil, academia pública, quadra poliesportiva, anfiteatro, mobiliário para contemplação, mobiliário para jogos de tabuleiro e espaços e mobiliário para animais.

Conclusões

Com base no referencial teórico e projetual pôde-se entender o quanto as áreas verdes da cidade, quando são bem trabalhadas e direcionadas podem ser interessantes. Embora, em períodos passados o espaço público tenha sido visto como uma área de reunião e encontros políticos, nos dias de hoje continuam com a mesma característica, porém é um espaço voltado para o lazer, distração e de representatividade na cidade. E ao transformar áreas degradadas em parques públicos, a cidade só tem a ganhar propondo novas formas de usos, fazendo com que, uma área periférica de grande potencial possa vir a ser uma nova centralidade na cidade. Modificando áreas desvalorizadas em áreas que possam ser vistas como

investimentos futuros.

Todo o conjunto de ideias aqui apresentadas são de extrema relevância, já que ao apontar à problemática, criam-se formas e critérios a serem seguidos. Já que para a criação do parque, fez-se necessário a criação de diretrizes e programa de necessidades que devem ser seguidos para que seja uma área segura, interativa e convidativa para a população geral.

Referências

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Parques urbanos. Transformações e permanências ao longo da história.** *Arquitextos*, São Paulo, ano 21, n. 247.03, Vitruvius, dez. 2020 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.247/7960>>.

CORREIA, João Carlos. **Novos desafios ao espaço público.** Beira Interior, Universidade da Beira Interior. 1999.

DIAS, Fabiano. **O desafio do espaço público nas cidades do século XXI.** *Arquitextos*, São Paulo, 06.601, Vitruvius, jun 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.061/453>>

ESTADAO. **O que são parques lineares?** Disponível em: <https://summitmobilidade.estadao.com.br/guia-do-transporte-urbano/o-que-sao-parques-lineares-urbanos/#:~:text=Os%20parques%20lineares%2C%20como%20o,%E2%80%9CInha%20de%20%C3%A1rea%20verde.&text=A%20proposta%20dos%20parques%20lineares,espa%C3%A7os%20mais%20amig%C3%A1veis%20%C3%A0s%20pessoas>. Acesso em: 04 jun. 2021.

GELH, Jan. **Cidades para pessoas.** Perspectiva, 2013. P. 15.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve História do Urbanismo. Presença.** Lisboa. 1982

IBERDROLA. **A importância dos parques urbanos.** Parques urbanos, muito mais do que o 'pulmão' das cidades. Disponível em: <https://www.iberdrola.com/meio-ambiente/parque-urbano>. Acesso em: 04 jun. 2021.

IBGE. **População rural e urbana** – Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: 04 jun. 2021.

INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE. **Conceito de parques.** Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/pagina-inicial/parques-estaduais/parques-conceito/>. Acesso em: 04 jun. 2021.

LIMA, Aryane. **Águas Jardim. Uma requalificação urbana do canal Jardim América.** Fortaleza – CE. Junho de 2017.

MACEDO, S. S. **Parques Urbanos no Brasil = Brazilian Urban Parks** / Silvio Soares Macedo e Francine Gramacho Sakata – 2.ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial da Universidade de São Paulo, 2003 – [Coleção Quapá].

PEIXOTO, Paulo. **Requalificação urbana.** In: C. Fortuna, & R. P. Leite, Plural de

cidade: Novos léxicos
urbanos (pp. 41-52). Coimbra: Edições Almedina. SA. Setembro 2009.

PIRES, Antonio. **Direito constitucional ao lazer: como anda o seu?**. Disponível em: <https://antoniopires.jusbrasil.com.br/artigos/121940598/direito-constitucional-ao-lazer-como-anda-o-seu>. Acesso em: 27 de Julho de 2021.

PRADO, Douglas. **Parque Municipal Flamboyant: Apropriação e usos para lazer**. Goiânia – GO. 05 de Julho de 2012.

REIS, Aline. **Requalificação de vazios urbanos degradados: Implantação de um Parque Urbano na cidade de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto – SP. 2013.

SANCHES, Patrícia. **De áreas degradadas a espaços vegetados. Potencialidades de áreas vazias, abandonadas e subutilizadas como parte da infra-estrutura verde urbana**. São Paulo – SP. 2011.

SAKATA, Francine. **O parque urbano brasileiro do século XXI**. Cidades Verdes. ISSN2317-8604. v.03,n.07. São Paulo – SP. 2015.

SILVA, Gabriela. **Requalificação Urbana – Parque urbano linear e revitalização do eixo viário**. Ribeirão Preto – SP. 2020.

TALARICO, Isabela. **Contato com a natureza e saúde mental: entenda a relação**. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/4123-natureza-e-saude-mental.html>. Acesso em: 15 abr. 2021.

UNICEF. **Declaração Universal dos direitos humanos**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 27 de Julho de 2021.

WHITE, MP, Alcock, I., Grellier, J. *et al.* **Passar pelo menos 120 minutos por semana na natureza está associado a boa saúde e bem-estar**. *Sci Rep* **9**, 7730 (2019). Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-019-44097-3>. Acesso em: 04 jun. 2021.